



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 19 de outubro de 2022

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na terça-feira	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,87% São Paulo	114.300 115.743	R\$ 1.212	R\$ 5,255 (- 0,91%)	R\$ 5,178	13,65%	13,66%	Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68 Agosto/2022 -0,36 Setembro/2022 -0,29
1,12% Nova York	13/10 14/10 17/10 18/10		Últimos 11/outubro 5,272 13/outubro 5,273 14/outubro 5,323 17/outubro 5,303				

FINANÇAS

MP mira consignado do Auxílio Brasil

Subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União pede a suspensão dos empréstimos com desconto em folha concedidos pela Caixa a beneficiários do programa social

» RAFAELA GONÇALVES

O Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu a suspensão cautelar dos empréstimos consignados vinculados a beneficiários do Auxílio Brasil concedidos pela Caixa Econômica Federal, alegando desvio de finalidade e uso "meramente eleitoral". Segundo o órgão, a medida do governo federal foi tomada para beneficiar eleitoralmente o presidente Jair Bolsonaro (PL). Foi solicitada a interrupção das concessões até que a corte de contas se manifeste definitivamente sobre o assunto.

Em apenas três dias de liberação, até a última sexta-feira, a Caixa já havia concedido R\$ 1,8 bilhão em crédito consignado a 700 mil beneficiários do repasse emergencial do governo. No pedido de suspensão, o subprocurador-geral, Lucas Rocha Furtado, afirmou que, apesar da lei que prevê o consignado, o "assombroso montante" já liberado em curto prazo da liberação da modalidade "impõe dúvidas sobre as finalidades perseguidas mediante essa atividade".

"No cenário atual, com a aproximação do segundo turno das eleições e com as dificuldades enfrentadas pelo presidente nas pesquisas de intenções de voto, tudo indica tratar-se de medida destinada a atender prioritariamente interesses político-eleitorais, que relegam o interesse público a segundo plano, com vistas à obtenção de benefícios pessoais em detrimento da população", disse Furtado na representação.

Procurada, a Caixa não se pronunciou sobre o assunto até o fechamento desta edição.

Críticas

O empréstimo consignado vinculado ao Auxílio Brasil já

era alvo de críticas de especialistas que temem o superendividamento da população mais vulnerável. Muitas das instituições financeiras resistem à concessão do consignado, temendo a inadimplência dos clientes. Bradesco, Santander e Itaú, os três bancos privados que figuram entre os cinco maiores do Brasil, não demonstraram interesse em operacionalizar a linha de crédito.

De acordo com as regras do consignado, as pessoas que tomarem o empréstimo poderão se comprometer com uma prestação de, no máximo, R\$ 160. O valor das parcelas será descontado diretamente do valor do Auxílio pelo Ministério da Cidadania. Caso o benefício seja suspenso, o empréstimo não será cancelado. A legislação deixa a critério das instituições financeiras definir as taxas de juros dos empréstimos. Como se trata de um crédito com pagamento garantido, os juros devem ser menores do que os normalmente cobrados pelos bancos.

"A ideia desse benefício era ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade a sobreviver. Então, no momento em que você usa dessa medida assistencial para assumir a dívida de um consignado, você está usando ele para o consumo e não para resolver uma situação emergencial", avaliou Ricardo Teixeira, coordenador do MBA em Gestão Financeira da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O pedido de Furtado foi enviado à presidência do TCU, onde a representação precisa ser analisada para depois se decidir sobre a suspensão cautelar. A solicitação propõe ainda que uma cópia do texto seja encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), à Procuradoria Geral da República (PGR), ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

TCU/Divulgação



"No cenário atual, com a aproximação do segundo turno das eleições e com as dificuldades enfrentadas pelo presidente nas pesquisas de intenções de voto, tudo indica tratar-se de medida destinada a atender prioritariamente interesses político-eleitorais"

Lucas Furtado, subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU

FGTS futuro para pagar imóveis

» MARIANA ALBUQUERQUE*

O Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aprovou proposta do governo que autoriza trabalhadores a usarem recursos futuros do FGTS, ou seja, ainda não recebidos, para complementar parcelas de financiamento de imóveis. Aprovada a menos de 10 dias do segundo turno das eleições presidenciais, a medida será destinada, em um primeiro momento, a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 2,4 mil, público do programa Casa Verde e Amarela, de moradias populares.

As primeiras negociações, entretanto, só ocorrerão em 2023, uma vez que haverá prazo de 90 dias para que a nova modalidade seja regulamentada. A operação funcionará como um consignado. Em vez de o dinheiro depositado mensalmente pelas empresas ir para a conta do trabalhador, o valor será descontado para ajudar a pagar as prestações do imóvel popular. A quantia a ser usada nas prestações será bloqueada para demais movimentações, impedindo o cidadão de sacar os recursos, mesmo em caso de demissão sem justa causa. Para o secretário-executivo

do Ministério do Desenvolvimento Regional, Helder Melillo, a medida amplia o acesso da população de baixa renda à casa própria. "Uma família que consegue acessar um financiamento com prestação de R\$ 500, mas para o imóvel que deseja, precisa pagar parcela de R\$ 600, poderá usar o crédito futuro para fazer a complementação e acessar o imóvel, o que, de outra forma, não seria possível", argumentou, durante apresentação da proposta ao Conselho.

Ricardo Teixeira, coordenador do MBA de Gestão Financeira da FGV, avalia que a ação

pode alavancar a a construção civil e beneficiar pessoas que querem ter a casa própria. Mas adverte que a medida pode causar problemas.

"Para o mercado imobiliário o risco é o mesmo de hoje: o de inadimplência. Mas se o beneficiário do FGTS amanhã tiver uma dificuldade, ficar desempregado e precisar sacar os recursos, pode ser que o saldo ou não exista ou, eventualmente, esteja travado. Então, a questão tem que ser bem avaliada", explicou Teixeira.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

PISO DA ENFERMAGEM

Ruy Afonso/Agência CNM



Ziulkoski: Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser descumprida

Prefeitos cobram soluções do Congresso

» MICHELLE PORTELA

Mais de 500 prefeitos se reuniram ontem em Brasília para pressionar os parlamentares a adotar medidas que permitam o pagamento do piso nacional da enfermagem. Uma delas é a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 122/2015 que proíbe a União de criar despesas para os municípios sem previsão de recursos para custeá-las.

O piso da enfermagem deve custar R\$ 10,5 bilhões por ano às prefeituras, mas a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima em R\$ 38,8 bilhões o impacto anual da incorporação de novas despesas com a execução de pisos salariais de 20 categorias, caso todos sejam aprovados no Congresso Nacional.

A aplicação do piso foi suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) até que sejam encontradas formas

de cobrir a despesa. As soluções provisórias encontradas até agora foram a de permitir remanejamento de verbas originalmente destinadas ao combate à covid e transferência de fundos da área de saúde para as Santas Casas. Nenhuma delas tranquiliza os prefeitos.

"Estão nos iludindo. As matérias aprovadas até agora e em tramitação não resolvem o problema. Estamos em uma situação tão grave que corremos o risco de não cumprir, em larga escala, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", avaliou Paulo Ziulkoski, presidente da CNM. A entidade reivindica o aumento de 1,5% nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o custeio da enfermagem.

A Lei 14.434/22 estabeleceu salário mínimo de R\$ 4.570 para enfermeiros, de R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem e de R\$ 2.375 para auxiliares de

enfermagem e parteiras. Mas, atualmente, no Congresso Nacional, há 174 projetos de piso salarial em tramitação — de agentes comunitários e garis a farmacêuticos e fisioterapeutas. O piso nacional do magistério, fixado em R\$ 3.845,63, também preocupa a CNM, já que exige outros R\$ 30,5 bilhões dos municípios.

Marcelo Chaves, prefeito de Três Pontas (MG), explicou que o município cumpre o piso da

enfermagem com recursos próprios, mas que a manutenção dos valores depende de nova fonte pagadora. Antes do piso, os salários dos enfermeiros não passavam de R\$ 2 mil. "A gente nota o quanto a vida se transforma, então, fazemos muito gosto pelo piso salarial. Mas é importante ter uma certeza para resolver esse problema, porque não pode haver aumento de despesa sem recursos", afirmou.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

LINCOLN PEIXOTO DA SILVA - CPF/ME nº 867.207.919-15;
LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO - CPF/ME nº 939.588.976-49;
PAULO OTAVIO SILVA CAMARA - CPF/ME nº 688.739.991-15.
DECLARAM, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer cargo de administração na CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.349.595/0001-09.
ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet).
Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB.
Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf mencionado abaixo.
BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf - Gerência Técnica em Curitiba (GTCURF).
Brasília/DF, 18 de outubro de 2022